

## SOCIEDADE



Decisão foi tomada domingo à noite pela juíza de instrução

JOSÉ FERNANDES

## Operação Tax Free. Funcionário do Fisco em prisão preventiva

MP suspeita de grupo de funcionários do Estado que limpavam cadastros fiscais de empresas e vendiam informações confidenciais

**PEDRO RAINHO**  
*pedro.rainho@ionline.pt*

Um funcionário da Autoridade Tributária (AT) ficou em prisão preventiva e os restantes 14 arguidos da operação "Tax Free" ficaram impedidos de manter o contacto entre si. No caso dos outros sete funcionários do Fisco detidos há uma semana, ficaram também impedidos de exercer as suas funções no Estado, por suspeitas de corrupção, falsidade informática e recebimento indevido de vantagem.

Foi já ao final da noite de domingo que a juíza de instrução decretou as medidas de coação aos 15 arguidos. Em comunicado, a Procuradoria-geral da República (PGR) recordou que estão em causa "alegadas ligações que terão sido estabelecidas entre alguns funcionários da Autoridade Tributária e técnicos oficiais de contas, advogados, empresários, outros prestadores de serviços na área tributária e contribuintes que se mostrassem dispostos a pagar quantias monetárias ou outros proventos para que lhes fosse

fornecida informação fiscal, bancária ou patrimonial de terceiros e consultadoria fiscal".

**FICHA LIMPA** Os funcionários da AT são suspeitos de receber dinheiro e bens para alterar os cadastros de empresas e de contribuintes individuais.

Essa operação de "limpeza" dos registos fiscais servia, em último caso, para apagar o registo de dívidas por pagar (o que impediria, em alguns casos, o concurso a fundos europeus) e mudar dados dos processos (como a data de abertura) para, assim, escapar ao pagamento de coimas ao Estado.

Noutro nível, alguns dos suspeitos fariam negócio com as informações fiscais a que tinham acesso. Quando havia interessados nos dados confidenciais, fazia-se uma proposta e os funcionários do Fisco vendiam essa informação. "Assim, investigam-se suspeitas da prática, por parte de trabalhadores da Autoridade Tributária, de atos violadores dos respectivos deveres funcionais, a troco de dinheiro ou de outros bens", refere, nesse âmbito, a PGR.

O processo está a cargo do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa. A investigação foi realizada pela Polícia Judiciária, que contou com o apoio de inspetores da Autoridade Tributária.

**Foram detidos  
funcionários  
do Fisco, técnicos  
oficiais de contas  
e empresários**

**Trabalhadores  
da AT vendiam  
dados confidenciais  
a troco de dinheiro  
ou "outros bens"**